



ACÓRDÃO Nº1810/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11606/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Desporto Escolar- SEDUC
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Srs. Vicente de Paulo Queiroz Nogueira e Luis Fabian Pereira Barbosa
- 6- **Advogado:** Gabriela de Oliveira Muniz - OAB/AM 14803 e Daniel Fabio Jacob Nogueira - OAB/AM 3136
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5729/2023-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino Desporto Escolar-SEDUC. Exercício de 2020.

*Regularidade. Quitação. Recomendação.
Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Educação (antiga Secretaria de Estado da Educação e Desporto) - SEDUC, referente ao **exercício financeiro de 2020**, de responsabilidade do **Sr. Vicente de Paulo Queiroz Nogueira**, Secretário titular e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2020 a 01/02/2020, nos termos do art. 22, inciso I, e 23 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Educação (antiga Secretaria de Estado da Educação e Desporto) - SEDUC, referente ao exercício financeiro de 2020, de responsabilidade do **Sr. Luís Fabian Pereira Barbosa**, Secretário Titular e Ordenador de Despesas, no período de 02.02.2020 a 31/12/2020, nos termos do art. 22, inciso I, e 23 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº1810/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Dar quitação ao Sr. Vicente de Paulo Queiroz Nogueira**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, I, da Resolução nº 04/2002 –TCE/AM;
- 10.4. Dar quitação ao Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, I, da Resolução nº 04/2002 –TCE/AM;
- 10.5. Recomendar** ao Secretaria de Estado de Educação-SEDUC que:
- 10.5.1.** envie esforços no sentido de promover um planejamento mais adequado quando da promoção de seus contratos de obras e serviços de engenharia;
 - 10.5.2.** adeque-se ao que dispõe a Resolução nº 27/2012-TCE/AM, especialmente no que pertine aos procedimentos de controle interno relativos a obras e serviços de engenharia;
 - 10.5.3.** promova capacitação dos servidores sobre a nova Lei de Licitações, haja vista que esta é mais rigorosa no que diz respeito ao planejamento das licitações e contratos;
- 10.6. Determinar** à SEPLENO - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências dispostas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, dentre elas, a cientificação dos interessados sobre o julgamento deste processo, encaminhando-lhes cópia deste Relatório/Voto e do seguinte Acórdão;
- 10.7. Arquivar** o processo, nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa (art. 65 do Regimento Interno).



ACÓRDÃO Nº1810/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral